



Ao Ilustríssimo (a) Senhor (a) pregoeiro (a) da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência de Orçamento e Finanças

Ilmo. (a). Sr.(a). Pregoeiro(a)

Assunto: **Impugnação ao Edital**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/SOF/CPL Nº 015/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.042701/2019-76

Objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa em registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Alimentação e Nutrição, compreendendo a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades para o fornecimento de refeições (desjejum, almoço e jantar), assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, a serem preparadas e distribuídas no Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no âmbito dos Campi I, II, III e IV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

Modalidade: **Pregão Eletrônico**

Tipo: **menor preço por item (sendo cada item representado por um Campus)**, sob a forma de execução

Data da sessão pública: **09/09/2019**

Horário: **09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)**

Loca da sessão: **www.comprasgovernamentais.gov.br**

Número da **UASG 153066**



A empresa Meiodia Refeições Industriais Ltda., Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.328.834/0001-84, Estabelecida na Cidade de Parnamirim-RN, na Av. Rio Pitimbu, 256 – Emaus, Telefone (84) 3645-2051, sac@meiodiarefeicoes.com.br, alberto.sobral@meiodiarefeicoes.com.br por seu representante legal infra assinado, vem com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.



I - PRELIMINARMENTE

A Lei 8.666/93 atribui legitimação ativa a qualquer cidadão e qualquer futura pretensa licitante para provocar na via administrativa, análise de eventual vício no ato convocatório, conforme se extrai do artigo 41 e seus parágrafos.

Em princípio, a matéria de vício na conduta da Administração se regula pelo princípio geral da legitimidade e do interesse de agir. Portanto, todo aquele que possua potencial interesse em participar da licitação tem a faculdade de questionar o ato convocatório.

Portanto, a não apreciação da impugnação pelo digno Pregoeiro e pela douta Autoridade Superior dentro do prazo estabelecido pela Lei e pelo próprio edital, com a devida atenção e exame de suas razões, caracteriza arbitrariedade e ilegalidade, derogando a presunção de legalidade e legitimidade dos atos administrativos, com as consequências de suspensão e cancelamento de todo o processo licitatório.

II - DAS RAZÕES DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO:

Analisando de forma pormenorizada os itens contidos no edital de licitação ora em análise, a Impugnante detectou que o dito edital não contemplou algumas documentações exigidas pelos Órgãos Fiscalizadores das empresas que exercem atividade laboral no ramo dos serviços licitados tais como:

a) III.1 - DAS AUSENCIAS DAS SEGUINTE EXIGÊNCIAS A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO, CONFORME DETERMINA O ART. 30 DA LEI 8.666/93.

a.1) O edital não está exigindo que os Atestados de Capacidade sejam **REGISTRADOS NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTA DE SUA JURISDIÇÃO**

a.2) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, **na data da entrega** da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional CRN - Conselho Regional de Nutrição.



Conforme Art.30. da Lei 8.666/93 a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º do Art. 30 da Lei 8.666/93 A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obra e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes. (Grifo nosso)**

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela autoridade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;" . (Grifo nosso).

b) Da Ausência da Exigência de Licença Sanitária (ALVARÁ SANITÁRIO), da sede da licitante.

Faz-se necessário coadunar no caso em tela, os princípios amplamente aplicáveis ao processo licitatório, quais sejam a legalidade, impessoalidade e moralidade, para que se possa dirimir o questionamento que perfaz os contornos fáticos e jurídicos da presente impugnação.

Objeto do certame possui legislação especial rígida na esfera sanitária que prevê penalidades gravíssimas em caso de descumprimento da respectiva legislação. A lei Federal nº 6.360/76. Decreto Federal nº 79.094/77 e Portaria Federal nº 2.814, em especial a Lei Federal nº 6.437/77 que dispõe sobre as infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências é muito explicativa no artigo 10, nos termos:

LEI FEDERAL N 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Art. 10 - São infrações sanitárias:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.



IV - Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.

As penas cumulativamente com previsão no inciso IV do Artigo 30 da Lei 8.666/93 que em caso especial, in casu, Licença Sanitária expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária (VISA) do Estado, Distrito Federal ou Município da sede da licitante.

Cabe frisar que a atividade é autorizada e fiscalizada pela ANVISA que determina que os Estados, Distrito Federal e Municípios concedem autorização e Fiscalizem as atividades relativa à produtos correlatos por conta da complexidade que envolve o objeto com relação a saúde e bem estar da sociedade.

Destarte, indubitavelmente o edital licitatório não pode se eximir de exigir a Licença Sanitária expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária (VISA) do Estado, Distrito Federal ou Município sede da empresa. Portanto a ausência da exigência do Alvará ou Licença Sanitária é motivação para a Impugnação do presente Instrumento.

Tais ausência fere princípios norteadores da Administração Pública, especialmente o princípio da eficiência (art. 37, da CF), na medida em que, **possibilita a participação de pessoa jurídica inabilitada para executar a atividade**, que por sua vez é devidamente regulamentada pelo poder público.

Fere, ainda, o princípio da legalidade, em que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

IV – Ausência de modelo da **Planilha de Custo e Formação de Preço, conforme a IN 05/2017** para a análise da exequibilidade da proposta de preço, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final;



- a) Que seja exigido dos participante a indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- b) A quantidade mínima de pessoal que deverá ser alocado na execução contratual;
- c) A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;
- d) O modelo de planilha de custos e formação de preços previsto no Anexo VII-D desta Instrução Normativa deverá ser adaptado às especificidades do serviço e às necessidades do órgão ou entidade contratante, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço, e constituirá anexo do ato convocatório a ser preenchido pelos proponentes;

As planilhas detalhas se torna essencial para que, o curso do certame, seja possível verificar eventual adequação dos preços propostos aos valores de mercado, inclusive em relação a todos os componentes que repercutem na formação do preço final. Este juízo quanto aos preços ofertados (se são exequíveis ou estão dentro dos padrões de mercado) depende diretamente da informação contida na estimativa de custos, sendo essencial para análise a ser realizada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

A falta desta estimativa detalhada de custos inviabiliza a avaliação quanto à compatibilidade dos preços ofertados, Tal circunstância macula o julgamento a ser realizado e, conseqüentemente, todo o procedimento realizado.

A planilha é essencial não apenas para indicação da forma de apresentação da proposta por parte do licitante, como também para que, no curso do contrato, se possa verificar eventual exequibilidade dos preços propostos, inclusive em relação a **todos os componentes que repercutem na formação do preço final, como Também sendo essencial para que posteriormente, no curso do contrato, para a revisão do equilíbrio econômico-financeiro.**



Sem a discriminação dos preços em planilha, restarão violado, de forma direta, os Art. 7º § 2º inciso II e Art. 40, § 2º, inciso II da Lei 8.666/93:

“Art. 7º as Licitações para a execução de obras e para prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão licitados quando:

I – (...)

II – Existe orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os seus custos unitários; art. 40 (...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I – (...)

II – Orçamento estimado em planilha de quantitativos e preço unitários”.

Vejamos o diz Hely Lopes Meirelles:

“Nulo, portanto, o edital omissivo ou falho quanto ao critério e fatores de julgamento, como nula é a cláusula que, ignorando-os, deixe ao arbítrio da Comissão Julgadora a escolha da proposta que mais convier à Administração”. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: RT, 1990, p. 28.

O ato convocatório deverá prever que após o encerramento da etapa de lances, no caso da modalidade pregão, ou da apresentação das propostas, no caso das demais modalidades, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, à sua **exequibilidade**, bem como quanto à adequação ao objeto licitado.



III - DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções:

a) Que os Atestados Fornecidos por pessoa Jurídica de direito público ou privado, sejam devidamente **registrados nas entidades profissionais competentes CRN.**

c) Comprovação do licitante de que possui em seu quadro permanente, data prevista para abertura da proposta, profissional de nível superior (Nutricionista), **devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição. A comprovação do vínculo permanente será feita mediante cópia autenticada dos seguintes documentos:**

c.1 – Ficha ou Livro de Registro de Empregados; Contrato de Trabalho firmado ou Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa;

c.2 – Contrato Social ou Ata de Eleição da Diretoria, devidamente arquivado no Registro próprio, se o(s) profissional for sócio da empresa licitante;

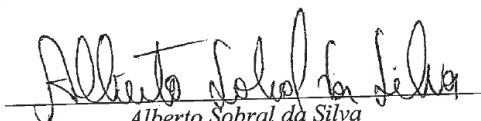
c.3 – Contrato de prestação de serviço, firmado entre as partes, na forma da lei civil, e com firmas reconhecidas.

d) Que seja exigido a Licença Sanitária (ALVARÁ SANITÁRIO), da sede da Licitante.

e) Que seja disponibilizado o Modelo da Planilha de Formação de Preço.

f) Que seja exigido para as empresas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábeis, extraídos do Diário, contendo a impressão do arquivo gerado pelo SPED contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultados.

Parnamirim/RN, 04 de setembro de 2019


Alberto Sobral da Silva
CPF: 549.530.065-34
Administrador não sócio



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 015/2019.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A empresa Meiodia Refeições Industriais Ltda., Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.328.834/0001-84, Estabelecida na Cidade de Parnamirim-RN, na Av. Rio Pitimbu, 256 – Emaus, Telefone (84) 3645-2051, CEP 59149-120, por meio de seu representante legal, apresentou manifestação de impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/SOF/CPL/Nº 015/2019 (vide teor no link: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_015_2019_Impugnacao_Edital_1.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação foi originalmente convocada para o dia 09/09/2019, findando em 05/09/2019 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.

2.

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa SUSPENDER o procedimento licitatório em epígrafe ante o reconhecimento da necessidade da correção de desarmonias apresentadas segundo entendimento do RECORRENTE em razões de recurso, adiante melhor detalhadas, quais sejam: a) Que os Atestados Fornecidos por pessoa Jurídica de direito público ou privado, sejam devidamente registrados nas entidades profissionais competentes CRN; b) Que o licitante deverá comprovar de que possui em seu quadro permanente, data prevista para abertura da proposta, profissional de nível superior (Nutricionista), devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição, mediante cópia autenticada dos seguintes documentos: Ficha ou Livro de Registro de Empregados; Contrato de Trabalho firmado ou Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa; Contrato Social ou Ata de Eleição da Diretoria, devidamente arquivado no Registro próprio, se o(s) profissional for sócio da empresa licitante, ou Contrato de prestação de serviço, firmado entre as partes, na forma da lei civil, e com firmas reconhecidas; c) Que seja exigida a Licença Sanitária (ALVARÁ SANITÁRIO), da sede da Licitante; d) Que seja disponibilizado o Modelo da Planilha de Formação de Preço; e) Que seja exigido para as empresas adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábeis, extraídos do Diário, contendo a impressão do arquivo gerado pelo SPED contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultados.

É este o breve relato.

3.

RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido não merece prosperar, pelas razões a seguir elencadas:

3.1.

DA SUPOSTA FALTA DE EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL:

Vejamos o que diz o Termo de Referência, em seu item 7, transcrito a seguir:

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Para habilitar-se, a empresa participante do processo licitatório deve comprovar capacidade técnica e profissional:

7.1.1 Apresentar comprovante de registro no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da empresa participante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), segundo os termos do art. 15, parágrafo único, da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

7.1.2 Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do participante, relativo à execução de serviço de alimentação, compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.

Dessa forma, não há o que se falar em desatendimento da exigência alegada.

3.2.

DOS ALVARÁS:

A fim de evitar gastos desnecessários à participação do Pregão, a Administração somente poderá exigir da empresa eventualmente vencedora do certame, conforme as cláusulas editalícias a seguir elencadas:

9.8. Iniciar o processo de obtenção das licenças, alvarás e

autorizações necessárias ao funcionamento do Restaurante Universitário, em nome da CONTRATADA, junto aos órgãos competentes, sem ônus para a CONTRATANTE, imediatamente após a assinatura do Contrato.

11.6. Responsabilizar-se pela obtenção e/ou manutenção das licenças, alvarás e autorizações necessárias ao funcionamento do Restaurante Universitário, em nome da CONTRATADA, junto aos órgãos competentes, sem ônus para a CONTRATANTE.

Não há o que se falar em questões relacionadas a obtenção de alvarás, por fugirem ao mérito da questão ora em pauta.

3.3. DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE MODELO DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO, CONFORME A IN 05/2017:

A estimativa dos custos foi obtida a partir de pesquisa de mercado, cujos valores obtidos determinaram o total diário unitário estimado, por refeição, conforme sejam café da manhã, almoço e jantar, a serem pagos mediante o fornecimento de tais refeições, tão somente aos discentes beneficiários que efetivamente atendidos pelo Restaurante.

Em relação aos itens a, b, c e d do presente tópico, esclarece-se o seguinte:

Trata-se de Serviço e não Mão de Obra. Vejamos:

Contração de Serviços de Alimentação e Nutrição e não mão de obra, conforme Decreto nº 2.271, de 1997, Revogado pelo Decreto nº 9.507, de 2018, em seu Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a

execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, não se enquadrando os itens a, b, c, d citados na impugnação.

Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Alimentação e Nutrição, compreendendo a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades para o fornecimento de refeições (desjejum, almoço e jantar), assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, a serem preparadas e distribuídas no Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I, II, III e IV, conforme especificações deste Termo de Referência.

Dessa forma, não há o que se falar em Planilha de Custo e Formação de Preços. O anexo 12 do edital demonstra os valores máximos que a Administração pretende pagar.

3.4. DA EXIGÊNCIA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL:

Assim reza o Edital do Pregão em seu item 8.8 e seguintes:

8.8. Qualificação Econômico-Financeira

(...)

8.8.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a

sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.8.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) (...)

8.8.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Estas são as únicas exigências legais que podem existir no Edital de Licitação.

Concluimos, por fim, que as argumentações apresentadas pela Impugnante revestem-se de mero inconformismo.

4. EM CONCLUSÃO, É O JULGAMENTO DO RECURSO:

INDEFERIR o pedido e MANTER as condições originais do Edital,

INCLUSIVE data e hora de abertura da sessão pública previstas para 09/09/2019, às 09:00h, horário de Brasília.

João Pessoa – PB, 05 de Setembro de 2019.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial

(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

IDÁCIO RODRIGUES BARRETO PESSOA

Superintendente SOF – Autoridade Competente

(Original Assinado)